

**Francisco Camargo  
Alves Lopes Filho**

**Transconstitucionalismo  
entre Direito Internacional  
Penal e Direito Estatal**

Contribuições à resolução de  
problemas constitucionais na relação  
entre o Estatuto de Roma e  
a Constituição Federal

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2022

Copyright © 2022 by Francisco Camargo Alves Lopes Filho

Categoria: Direito Internacional Comunitário

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

L864t

Lopes Filho, Francisco Camargo Alves

Transconstitucionalismo entre direito internacional penal e direito  
estatal : contribuições à resolução de problemas constitucionais na relação  
entre o Estatuto de Roma e a Constituição Federal / Francisco Camargo  
Alves Lopes Filho. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.

204 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 169-185.

ISBN 978-85-519-1934-7

1. Constituição brasileira. 2. Estatuto de Roma. 3. Direito penal  
internacional. 4. Estado. 5. Pluralismo jurídico. 6. Direito internacional  
comunitário. I. Título.

CDD 345.0235

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>1 Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2 Dualismo, monismo e a necessidade de superação do paradigma hierárquico .....</b>	<b>9</b>
2.1 O dualismo de Heinrich Triepel.....	10
2.2 O monismo de Hans Kelsen .....	15
2.3 A necessidade de novas teorias para o estudo da relação entre as diversas ordens jurídicas.....	24
<b>3 O transconstitucionalismo e a proposta de resolução de problemas constitucionais envolvendo as diversas ordens jurídicas .....</b>	<b>35</b>
3.1 Aspectos gerais do transconstitucionalismo.....	37
3.2 Acoplamento entre direito internacional e direito estatal à luz do transconstitucionalismo.....	49
3.2.1 O exemplo brasileiro envolvendo o direito interamericano dos direitos humanos .....	57
3.3 Racionalidade transversal como metodologia aplicada à resolução de problemas constitucionais.....	63
<b>4 O direito internacional penal no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional .....</b>	<b>77</b>
4.1 O Estatuto de Roma como resultado de um projeto de paz internacional e proteção dos direitos humanos pelo direito internacional penal .....	78

4.2 Os limites jurisdicionais da atuação do Tribunal Penal Internacional: competências material, temporal, territorial e pessoal.....	90
4.3 O acionamento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o princípio da complementaridade .....	99
4.4 O papel dos Estados partes à luz do princípio da cooperação .....	108
4.4.1 O controle da obrigação de cooperar com o Tribunal Penal Internacional pela Assembleia dos Estados Partes.....	114
<b>5 O estado da arte da incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro .....</b>	<b>121</b>
5.1 A incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro .....	123
5.2 As tentativas de adequação legislativa do ordenamento jurídico brasileiro ao Estatuto de Roma .....	127
5.3 A relação do Estado brasileiro com o Tribunal Penal Internacional na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	131
<b>6 A resolução de problemas constitucionais existentes entre o Estatuto de Roma e a Constituição Federal à luz do transconstitucionalismo.....</b>	<b>139</b>
6.1 A previsão de pena de prisão perpétua e sua proibição na Constituição Federal .....	143
6.2 A vedação à extradição de brasileiro e estrangeiro e sua distinção da entrega .....	148
6.3 A imprescritibilidade dos crimes previstos no Estatuto de Roma e a reserva legal para definição de crimes imprescritíveis no direito brasileiro .....	154
<b>7 Considerações finais.....</b>	<b>161</b>
<b>Referências.....</b>	<b>169</b>